

Por Antonio Penteado Mendonça



Em pleno inverno, quando as temperaturas, pelo menos no sul e no sudeste deveriam estar mais baixas, vivemos dias com a temperatura se aproximando dos 40 graus célsius em várias partes do país.

Esta semana as temperaturas atingiram patamares elevados para a época do ano em vasta área do território nacional. E para agravar o quadro a umidade relativa do ar atingiu níveis próximos aos de um deserto, especialmente nos estados centrais. A razão para isso é uma longa estiagem que tem Brasília como bom exemplo, lá não chove em níveis mínimos há mais de dois meses.

É um quadro complicado que tende a ficar mais complexo nos próximos meses quando o clima muda e as tempestades devem voltar ao longo dos meses de verão, nos quais o Brasil é assolado por intensos eventos que causam danos de todos os tipos, desde chuva, até ventanias, tornados e ciclones.

Estamos vivendo o velho ditado que diz que “se ficar o bicho come, se correr o bicho pega”. O presente é preocupante e o futuro também. Os custos diretos e indiretos da dança do clima já estão altos e irão aumentar, com impacto direto na vida das pessoas, nos custos do SUS, na previdência social e no desempenho da sociedade.

Operacionalmente para as seguradoras, este quadro não tem forte impacto nos resultados. Os seguros para estes riscos são pouco contratados.

Só que nem todas as indenizações são decorrentes dos grandes cataclismas. Uma parte é gerada pela rotina, pelo dia a dia das pessoas, e, neste momento, se reflete no aumento das doenças respiratórias, no aumento de infartos decorrentes do esforço extremo por causa do calor, em doenças de pele, de olhos, etc., para ficar apenas nos planos de saúde privados.

Alargando o espectro, a estiagem com calor extremo significa o aumento dos incêndios florestais, a sobrecarga do sistema elétrico, a redução dos volumes de água nos reservatórios, danos aos rebanhos e as lavouras, etc.

Como em breve entra em cena a temporada das tempestades de verão que assolam uma grande parte do país, enquanto na outra o cenário seco segue firme, os prejuízos de forma geral, devem aumentar e, mais uma vez é importante ressaltar, a maior parte dos danos não terá qualquer indenização de seguro e a conta recairá sobre o governo, quer dizer, sobre a sociedade.

É um quadro conhecido e que tem o grande exemplo nos eventos dramáticos que atingiram a região serrana do Rio de Janeiro mais de uma década atrás. Até hoje o poder público não ressarciu todos os prejuízos, nem reconstruiu várias áreas atingidas.

De outro lado, no último verão as chuvas devastaram um trecho do litoral norte paulista. O governo estadual tomou medidas para minimizar os danos e proteger a população, mas, se outra tempestade da magnitude da do ano passado se abater sobre Ubatuba, São Sebastião, Bertioga e região, os estragos serão novamente dramáticos. E mais uma vez, em função da realidade social local, as seguradoras serão pouco afetadas pelos prejuízos de milhares de pessoas.

Fonte: [SindSeg SP](#), em 25.08.2023.